

A TURQUIA E A QUESTÃO CURDA

NA GUERRA CIVIL DA SÍRIA:

A dinâmica da relação turco-curda nas incursões turcas

João Victor Sampaio Fernandez de Souza¹

Resumo

A Turquia é um ator regional proeminente na Guerra Civil da Síria. Embora originalmente o seu envolvimento no conflito sírio buscasse a queda do regime de Bashar al-Assad, as operações militares turcas iniciadas em 2016 tiveram como alvo milícias curdas que vinham conseguindo conquistar um espaço autônomo próprio no norte sírio desde 2012. A ‘Questão Curda’ implica em uma conexão transnacional entre a luta curda na Turquia e na Síria, por isso, será investigada neste artigo a sua relação com o envolvimento turco na guerra. A literatura empírica sobre conflitos intraestatais sugere que sistemas políticos que promovam exclusão étnica no acesso ao poder e que os elos transnacionais de natureza política-ideológica entre minorias étnicas causam, respectivamente, uma maior probabilidade de conflito e um maior risco disseminação do conflito para além de fronteiras nacionais. Isto é relevante porque na Turquia vigora um sistema excludente desde sua concepção como Estado-nacional, enquanto os grupos políticos curdos mais relevantes nestes dois países (PKK da Turquia e PYD da Síria) possuem uma conexão política-ideológica antagonizada pelo nacionalismo turco. As principais conclusões deste artigo sugerem que o governo Erdogan sofreu mudanças radicais na sua posição em relação a uma solução para a Questão Curda ao coloca-la como tópico de securitização à medida que enxergava a expansão do PYD no norte sírio como uma ameaça à segurança nacional da Turquia que poderia dar novas

¹ Graduando em Relações Internacionais na Universidade Veiga de Almeida (UVA– RJ).

possibilidades à insurgência do PKK. Seu objetivo prioritário não seria mais a derrubada do regime, e sim a neutralização do PYD como ameaça.

Palavras-chave: Turquia – Guerra Civil da Síria – Curdos – PKK – PYD

Abstract

Turkey is a prominent regional actor on the Syrian Civil War. While its involvement was originally focused on deposing Bashar al-Assad's regime, the Turkish military operations initiated in 2016 had as its target the Kurdish militias that had been achieving their autonomous region in Northern Syria since 2012. The 'Kurdish Issue' implies a transnational linkage between Turkey's and Syria's Kurdish struggle, which is why this article is going to investigate its relationship with the Turkish involvement in the war. The empirical literature regarding intrastate conflicts suggests those political systems who promote ethnic exclusion from power access and transnational linkages of political-ideological nature between ethnic minorities cause, respectively, a higher propensity to conflict and a higher risk of conflict spillover beyond national borders. This is relevant because Turkey's structure is exclusionary since its inception as a national state, furthermore the most relevant Kurdish political groups in these two countries (PKK in Turkey and PYD in Syria) have a political-ideological connection antagonized by Turkish nationalism. This article's key findings suggest that Erdogan's government suffered radical changes in its stance regarding a solution for the 'Kurdish issue' by placing it as a topic of securitization as it saw PYD's expansion in northern Syria as a national threat capable of giving new possibilities to the PKK's insurgence. Turkey's main objective would no longer be the regime's overthrow, but to neutralize PYD as a threat.

Keywords: Turkey – Syrian Civil War – Kurds – PKK – PYD

Introdução

Primordial para a compreensão da “Questão Curda” é entender quem são os curdos. A população curda soma, nas estimativas mais tímidas do *Institut Kurde de Paris* (2017), ao menos 36 milhões de pessoas, cuja maioria está distribuída entre Turquia, Irã, Iraque e Síria. Uma porção menor do grupo se encontra em países europeus em razão da Diáspora Curda – fenômeno de migração para além do Oriente Médio que ocorre desde 1960 devido à perseguição contínua sofrida pelos curdos. A fragmentação do Império Otomano no pós-Primeira Guerra Mundial, no contexto de tratados de definição de fronteiras e reconhecimento de novos países, não chegou ao reconhecimento de um Estado curdo, dividindo-os em minorias étnicas relacionadas aos quatro países supracitados. Cada um dos grupos tem suas próprias particularidades em relação ao desenvolvimento de movimentos políticos curdos reivindicando autodeterminação. Porém, vale lembrar, há um elo político-ideológico que conecta a Questão Curda na Turquia e na Síria contemporâneas (DAL, 2016).

Os grupos políticos contemporâneos curdos que possuem destaque neste artigo são os que têm como base a ideologia de auto-organização democrática de Abdullah Öcalan: o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) na Turquia – fundado por Öcalan – e o Partido da União Democrática (PYD) na Síria – nascido dos contatos do PKK com os curdos sírios (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2013). A escolha por essa delimitação deve-se especialmente à tentativa de observar a ideia defendida por Buhaug e Gleditsch (2008). Os autores sugerem que elos étnicos transnacionais, quando combinados com conexões de natureza política, aumentam o risco de disseminar guerras civis ou conflitos intraestatais para além de fronteiras. Este trabalho pretende compreender como essa hipótese se aplica na Questão Curda.

Já a pesquisa de Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013) traz uma abordagem empírica de como a exclusão política de grupos étnicos implica em maior probabilidade de conflito interno, o que demonstra a importância de entender como o legado nacionalista turco abriu os precedentes para os conflitos

oriundos deste processo de exclusão. Por isso, este artigo também abordará o momento da concepção do Estado-nacional turco idealizado por Mustafa Kemal Atatürk e como o nacionalismo curdo se desenvolveu como forma de resistência às políticas excludentes repressivas instituídas pelo kemalismo na Turquia (GUNES, 2012, p.2-3).

Contemporaneamente, o governo do AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento) chegou ao poder decidido a dismantelar os antigos paradigmas em relação à exclusão étnica, visando uma agenda reformista de maior democratização, sobretudo como meio de angariar aprovação para o ingresso na União Europeia. Contudo, nenhum progresso prático conseguiu elevar os curdos da condição de povo discriminado. Embora o AKP estivesse em processo de reconciliação com a insurgência do PKK, a Guerra Civil da Síria trouxe novos desdobramentos preocupantes ao governo turco: a expansão do PYD no norte sírio e a fundação de sua região autônoma conhecida como Rojava. Tal fenômeno marca a transição de uma abordagem conciliatória em relação aos curdos para uma política doméstica e exterior que trata a Questão Curda no elo PKK-PYD como uma ameaça à segurança nacional. Este artigo, portanto, visa investigar a relação entre a Questão Curda e o envolvimento da Turquia na Guerra Civil da Síria partindo da hipótese de que esta relação constitui a principal motivação das operações militares turcas iniciadas em 2016 na Síria e demais iniciativas de política externa do governo Erdogan no que diz respeito à guerra.

A fim de avaliar esta hipótese central, analisaremos atentamente o histórico interno da Turquia no que diz respeito à exclusão étnica curda e sua relação com o PKK, movimento importante para compreender como se deu o processo de securitização da Questão Curda diante dos elementos internos e transnacionais agravantes do conflito. Em seguida, serão abordados os demais desdobramentos do envolvimento turco na Síria como forma de compreender as táticas de guerra híbrida empreendidas pelo governo Erdogan na contenção do PYD.

O nascimento do nacionalismo curdo

Os confrontos do duradouro Império Otomano (1299-1922) contra os povos curdos geralmente ocorriam com o objetivo de conter autoridades nos principados curdos que pudessem rivalizar ou ameaçar a autoridade central. Já o início do século XX foi marcado pelo crescimento de ideologias nacionalistas dentro do próprio Império. O próprio nacionalismo curdo, como sugere Tejel

(2008), surge, em parte, como uma reação aos movimentos ligados à identidade nacional dos grupos étnicos armênios e turcos. Com a dissolução do Império Otomano e a formação de novos Estados-nacionais, a dinâmica da repressão contra os curdos assume outras formas como a da limitação de seus direitos civis e a da proibição à expressão da identidade curda na Turquia, cujo governo de Kemal Atatürk se colocou terminantemente contra qualquer ideia de uma maior autonomia curda tanto dentro de suas fronteiras como nos países vizinhos.

Os atritos e as revoltas curdas se iniciariam na Turquia com a hegemonia da ideologia kemalista na política, cujo aspecto preocupante aos povos curdos era um nacionalismo que defendia a prevalência total da identidade turca ante outras minorias étnicas. Conforme Gunes (2012) aponta, as demandas curdas por direitos civis eram rejeitadas e vistas como uma promoção de separatismo que ameaçava a concepção da identidade nacional e da união do Estado turco. Diferente do que se aspirava, as políticas kemalistas não conseguiram alcançar uma homogeneidade turca, o que resultou no fortalecimento do nacionalismo curdo e em conflitos esporádicos.

As ideias acerca de um nacionalismo curdo não circularam apenas na Turquia, e isso se deve graças à influência da Liga de Khoybun formada no Líbano. Este agrupamento de lideranças curdas teve como objetivo inicial uma rebelião, ocorrida em 1926, que fosse capaz de garantir a criação de uma república curda livre em Aratate, eventualmente reconquistada pela Turquia em 1931. O fracasso dessa experiência e de outras tentativas de articulação durante a Segunda Guerra Mundial levaram a uma maior aposta em empreendimentos culturais para uma “renascença curda” que valorizasse uma união sob a consciência de uma identidade nacional entre os curdos de modo a serem reconhecidos pela sua história e língua. Tais iniciativas circularam pela região do Levante – grande região do Oriente Médio que compreende a vizinhança Síria com o Líbano, Israel, Palestina, Jordânia, Iraque, Egito e Turquia – e conseguiram atingir a Turquia por meio de transmissões da Rádio Levante de Beirute no Líbano onde se dava espaço ao uso do dialeto curdo kurmanji, gerando um impacto simbólico diante da proibição turca sobre o uso de dialetos curdos (TEJEL, 2008, p.16-23).

O sucesso na circulação dessas ideias se deveu especialmente à complacência da administração francesa na Síria e no Líbano em relação às iniciativas da renascença cultural curda. No entanto, tentativas de uma construção

de autonomia curda nessa região foram frustradas pela pressão de grupos de pressão e lideranças regionais ligadas ao nacionalismo árabe que se contrapunham às reivindicações curdas (TEJEL, 2008, p.23-28). A partir de 1946, com o fim do Mandato Francês, a Síria passou por uma fase de transição de diferentes regimes, tendo regredido na questão dos direitos curdos durante o período de união com o Egito (1958-1961) e com pouco progresso ao longo da ascensão dos Ba'athistas e de Hafiz al-Assad ao poder. O Governo Sírio continuaria promovendo a exclusão dos curdos, mas passa a instrumentalizar a Questão Curda em razão de interesses internos e externos do regime (TEJEL, 2008, p.38-68).

A Turquia e o PKK

O ativismo político curdo cresceu nas décadas de 1960 e 1970. Porém, o golpe de Estado liderado por Kenan Evren em 1980 instituiu, em seu momentâneo regime militar, um estado de emergência altamente repressivo contra ativistas e movimentos políticos curdos, dificultando a conquista de direitos. Para Gunes (2012), a supressão generalizada teria dado mais força aos discursos revolucionários. Com isso, o PKK, grupo de orientação marxista-leninista estabelecido em 1978, tornou-se o principal movimento de caráter revolucionário durante esse período. A insurgência do PKK, iniciada em 1984, ofereceu uma resposta radicalizada às repressões do governo turco e se colocou como uma alternativa para a liberação do Curdistão.

A queda do bloco comunista e o enfraquecimento da insurgência curda impulsionou uma grande mudança no discurso do PKK, iniciando um processo de reorientação interna no campo das ideias para uma visão socialista que pudesse promover uma “democratização” na Turquia em relação aos curdos. O movimento levou Öcalan a adotar um discurso em prol de uma maior autonomia curda sem necessariamente haver separação do Estado turco e tinha como pauta prioritária a concessão de direitos democráticos aos curdos. Ainda assim, a busca por uma nova solução política e pacífica não significou a ausência de tensões, visto que a morte inesperada do presidente Turgut Özal, figura importante interessada nas negociações de paz, levou à continuidade do confronto militar contra o PKK e dos ataques da guerrilha (GUNES, 2012, p.124-134).

Outras tentativas de negociação entre 1993 e 1999 falharam. Em 1999, o próprio Öcalan foi preso em solo estrangeiro (no Quênia) e levado a julgamento na Turquia, onde foi sentenciado à prisão perpétua. Suas ideias amadureceram para

o que seria chamado de “confederalismo democrático”, que considerava uma solução para os conflitos étnicos, nacionalistas e políticos do Oriente-Médio baseada numa descentralização democrática sem desafiar fronteiras já existentes (GUNES, 2012, p.133-141). Enquanto isso, articulações para agrupar partidos políticos curdos adeptos dos ideais de Öcalan nos diferentes países de população curda em uma organização maior levaram ao estabelecimento do KCK (União das Comunidades do Curdistão) em 2007, incluindo o PYD entre os seus associados (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2013).

Iniciado o governo do AKP em 2002, suas reformas incluíam um plano de ampliação de direitos humanos e democráticos na Turquia, passo essencial para atender aos critérios de adesão à União Europeia. Existiram desafios nesse processo no que diz respeito aos curdos. Para Gunes (2012), partidos nacionalistas de oposição se tornaram um dos entraves, mostrando que não havia consenso nacional para uma solução. Tezcür (2013) revela que uma tendência do AKP de flertar com o nacionalismo turco e de usar táticas agressivas contra ativistas curdos fez o partido perder popularidade entre a população curda em dados momentos. A escalada da violência entre militares e o PKK atingiu seu ápice em 2012. Enquanto isso, a aproximação de novas eleições locais e presidenciais em 2014 e as barreiras nas suas iniciativas de política externa foram considerados possíveis motivos para um novo processo de paz iniciado em 2013. Resgatar a imagem de um AKP como um “partido de paz e reconciliação” entre a população curda ainda poderia ser benéfico num referendo sobre emendas constitucionais que ampliassem o poder presidencial – uma das ambições do partido e do primeiro-ministro Erdogan.

O chamado “Processo de Reconciliação” do governo turco era um plano de três fases: (i) retirada gradual do PKK do solo turco; (ii) reformas democráticas, e; (iii) integração do PKK à vida política e civil após seu desarmamento. O diálogo começou incluindo Öcalan e um novo partido curdo civil, o BDP (Partido da Paz e Democracia). Através da influência do líder curdo, um novo cessar-fogo foi anunciado pelas lideranças do PKK em 2013 (DEMOCRATIC PROGRESS INSTITUTE, 2013).

Em face do desenvolvimento dos eventos da Guerra Civil na Síria, Erdogan já atentava, em 2012, à possibilidade de ter de lançar uma intervenção militar na Síria caso “bases terroristas” do PYD fossem estruturadas na região (FINANCIAL TIMES, 2012), isso porque as Unidades de Proteção Popular (YPG), braço-

armado do PYD, vinham ocupando o vácuo deixado pelas forças de Assad no norte sírio. As conquistas do PYD preocupavam a Turquia pela possibilidade de estabelecimento de bases do PKK nos novos territórios na região fronteira, capaz de facilitar novos ataques da guerrilha (NASSER & ROBERTO, 2019). A posição hostil de Erdogan em relação ao PYD na Guerra Civil da Síria contribuiu para erodir as negociações com o PKK. Um fato marcante para a insatisfação do PKK e da população curda foi em relação ao cerco de Kobani, cidade ocupada pelos curdos sírios que fora sitiada por forças do Estado Islâmico. O governo Erdogan impediu que lutadores do PKK e voluntários curdos atravessassem as fronteiras para auxiliar o PYD na defesa de Kobani, dificultando as tentativas do PKK de oferecer apoio à cidade, gerando protestos que contribuiriam para uma nova escalada de tensões (LETSCH & TRAYNOR, 2014).

Sem avanços no processo de reconciliação e com a eclosão de novas tensões, o conflito interno com o PKK entrou em uma nova fase em 2015 conforme o governo Erdogan adotou uma retórica contraterrorista em relação ao PKK, o PYD e o Estado Islâmico.

A securitização da Questão Curda: do elo transnacional à exclusão étnica

Emel Parlar Dal (2016) traz uma análise sobre o efeito de contágio da Guerra Civil da Síria nas questões internas da Turquia tendo como uma de suas bases a pesquisa de Halvard Buhaug e Kristian Skrede Gleditsch (2008) sobre o impacto de conflito intraestatais em países vizinhos. As evidências encontradas por Buhaug e por Gleditsch sugerem que a disseminação de conflito para outras fronteiras é mais provável na existência de laços étnicos transnacionais, especialmente no que diz respeito a conflitos de caráter separatista. Os autores apontam que movimentos separatistas tendem a girar em torno de grupos étnicos minoritários. Ao mesmo tempo, estes grupos costumam existir em mais de um país, havendo dentre as etnias transnacionais maior chance de disseminação de conflitos separatistas entre Estados.

Parlar Dal buscou aplicar a estrutura teórica desse e de outros estudos ao mostrar como a Guerra Civil da Síria transbordava em questões domésticas da Turquia a partir de dois objetos: o Estado Islâmico e o PYD. Embora a Turquia não viva exatamente um cenário de guerra civil tal qual a Síria, o conflito sírio produziu seus impactos em terras turcas, o que se deve a sete fatores: (1) a proximidade dos conflitos, (2) a existência de uma fronteira comum e o tamanho da fronteira compartilhada com o vizinho em situação de guerra, (3) a existência de laços

étnicos transnacionais, (4) o fluxo de refugiados do país vizinho, (5) a severidade do conflito vizinho, (6) a natureza do conflito vizinho, e (7) o tamanho do país vizinho que vivencia o conflito.

No que diz respeito ao PYD-YPG, os laços étnicos transnacionais, a extensão da fronteira turca com o norte sírio onde as milícias curdas atuam, a conexão política com o PKK – tanto pelas suas raízes quanto pelo KCK – e a natureza de seu projeto de autonomia regional são os fatores que impactam internamente a Turquia. Desde a relutância turca em apoiar a luta do YPG contra o Daesh (Estado Islâmico) até os entraves criados pelo governo Erdogan na travessia de voluntários para apoiar Kobani em 2014, a reação dos círculos curdos na forma de grandes protestos como citado anteriormente é um dos exemplos de contágio que culminou numa escalada de violência entre militares e o PKK. Segundo Dal (2016), outro exemplo a ser considerado é a mudança de táticas de batalha do PKK, direcionando uma maior quantidade de ataques a áreas urbanas, o que a autora sugere ser inspirado nas táticas de combate urbano do YPG no norte sírio, contudo, vale ressaltar que a base de dados do International Crisis Group (2020) revela que os confrontos urbanos desta nova fase do conflito curdo-turco correspondem a um período entre 2015 e 2016, depois disso, o confronto se voltou para as zonas rurais.

Embora Dal (2016) elenque o fortalecimento do PYD no contexto da Guerra Civil da Síria como um dos fatores de aceleração num conflito interno com o PKK, tal associação merece maior observação na relação entre a Turquia e o PYD. O elo étnico transnacional e político de Bahaug e de Gledistch (2008), certamente é aplicável ao caso curdo como um risco de disseminação do conflito. No entanto, o tratamento da Turquia em relação ao PYD também possui o seu impacto na deterioração do processo de paz interno. Mesmo antes do cerco de Kobani, oficiais turcos já adotavam uma retórica agressiva associando o PYD ao terrorismo pelas suas conexões com o PKK, independente do processo de paz interna que se tentava construir na Turquia. O PYD sempre foi considerado por Ankara como uma ameaça à segurança nacional turca por ser visto como uma extensão síria do PKK, seguindo então a ideia de que respondiam uma mesma cadeia de comando, o que por sua vez é contestado pelas lideranças curdas na Síria (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2012; 2013).

Uma das primeiras estratégias do governo Erdogan foi explorar sua relação pragmática com Massoud Barzani, presidente da Região Autônoma do

Curdistão Iraquiano e do KDP (Partido Democrático do Curdistão), para estabelecer na Síria novos partidos políticos curdos e um Conselho Nacional Curdo (KNC) mais alinhados à visão política de Barzani. Esta diferia da do PKK, ora visando conter a hegemonia política do PYD entre o povo curdo na região, ora tentando construir pontes com o PYD que o afastassem da ideologia de Öcalan. Entretanto, o fracasso dessas estratégias diante da crescente relevância do PYD no cenário político regional fez com que a Turquia tomasse uma posição mais assertiva (NASSER & ROBERTO, 2019), como veremos mais adiante.

Observando o âmbito interno da Turquia, o trabalho de Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013) traz uma perspectiva complementar sobre o panorama doméstico de conflitos intraestatais. Através da análise de dados da iniciativa Ethnic Power Relations (EPR) e da literatura empírica disponível, os autores investigam uma relação causal entre a exclusão política de grupos étnicos e um maior risco de guerra civil. Foram mapeados 29.740 grupos étnicos politicamente ativos, relevantes ou discriminados em Estados independentes entre os anos de 1946 e 2009. Excluindo anos ligados a conflitos duradouros, as observações encontraram uma incidência de 207 conflitos por ano, ou seja, um percentual de 0,70%.

Embora os dados indiquem que a eclosão de conflito é, estatisticamente, um evento de baixa probabilidade, Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013) aprofundam sua análise ao mostrar a influência de diferentes níveis de acesso de poder na incidência de conflitos. Uma primeira separação entre grupos inclusos – 8.591 – e grupos excluídos – 20.582 – mostra que a incidência de conflitos se comporta de forma diferente nas duas categorias. No primeiro caso, foram 29 incidências (0,32%) contra 178 incidências (0,86%) no segundo caso. Em uma separação mais específica, segue tabela dos diferentes tipos de grupos étnicos por respectivo nível de acesso ao poder, número de incidências de conflito e seu percentual:

Tabela 1 – Categorias de grupos étnicos por acesso de poder e probabilidade de conflito

TIPOS DE REGIME	GRUPOS INCLUSOS	DESCRIÇÃO	GRUPOS ANUAIS	INCIDÊNCIAS	
Poder não-dividido	MONOPÓLIO	Os membros do grupo usufruem de monopólio total no poder executivo enquanto promovem exclusão de outros grupos étnicos.	1.846	0	
	DOMINÂNCIA	Situação próxima do caso de monopólio, porém com a possibilidade de participação política limitada e pouco relevante de figuras simbólicas de outros grupos.	2.105	0	
Poder compartilhado	PARCEIRO SÊNIOR	Se os representantes do grupo étnico em questão possuem ao menos qualquer influência executiva assim como outros parceiros poderosos em um arranjo de poder compartilhado, então o grupo é classificado como um parceiro sênior.	3.074	7	0,23%
	PARCEIRO JÚNIOR	Se a representação do grupo está claramente abaixo da dos membros mais poderosos do arranjo de poder compartilhado, então o grupo pode ser classificado como um parceiro júnior.	5.877	22	0,37%
GRUPOS EXCLUSOS					
Exclusão do poder central	AUTONOMIA REGIONAL	Os membros da elite do grupo são excluídos do poder central, mas conseguiram acesso a um poder executivo regional por meio de um esquema de autonomia territorial.	5.320	25	0,47%
	IMPOTENTE	Os representantes do grupo não possuem qualquer poder executivo, seja a nível central ou regional, porém não sofrem discriminação sistemática ou aberta.	9.735	63	0,64%
	DISCRIMINADO	Os membros do grupo sofrem discriminação direta e explícita efetivamente bloqueando seu acesso ao poder executivo. A discriminação pode ser implementada através da negação de direitos políticos, incluindo cidadania, e também através do banimento sistemático de partidos que representem o grupo.	5.038	63	1,24%
	AUTONOMIA SEPARATISTA	Tal condição se aplica se os representantes do grupo declararam uma independência <i>de facto</i> contra a vontade do governo central. Aqui o grupo decidiu excluir a si mesmo [do governo] ao em vez de ser excluído.	489	27	5,53%

Tabela elaborada por este autor a partir dos dados disponibilizados em CEDERMAN et al. (2013)

Enquanto os dados preliminares já apontavam uma maior probabilidade de incidência de conflitos em grupos excluídos se comparados a grupos incluídos, a separação em múltiplas categorias revela uma tendência de que quanto menor é o acesso ao poder executivo, maior é a probabilidade de conflito. Outras variáveis aplicadas em modelos mais aprofundados também têm relação com a eclosão de

conflito, estas são: (1) o tamanho relativo do grupo, que causa maior impacto sobre grupos excluídos ao proliferar queixas com maior facilidade e aumentar as chances de conflito; (2) regressão no acesso ao poder, numa situação na qual um grupo transita de uma posição privilegiada para uma menos privilegiada ou de menos excluída para mais excluída, sendo fator que torna o conflito interno mais provável; (3) o histórico de conflitos, o que significa que a exposição a conflitos anteriores, torna novos conflitos mais propensos a acontecer (CEDERMAN et al., 2013).

Aplicando tal modelo à Questão Curda na Turquia, é possível identificar os curdos como um grupo étnico com as seguintes características: (a) grupo excluído e discriminado, distante do acesso ao poder e vítima de mecanismos discriminatórios que atentam contra sua identidade e cidadania; (b) possui um tamanho demográfico considerável que representa cerca de 19% da população da Turquia segundo o World Factbook da CIA (2020); (c) seu histórico de conflitos é marcado pelas primeiras revoltas no auge do kemalismo e pela insurgência do PKK iniciada nos anos 80.

O nacionalismo turco e o modelo kemalista de Estado-nacional acabaram por deixar um legado discriminatório que permeia a política doméstica da Turquia até os dias de hoje. Os planos de reformas do AKP não conseguiram quebrar os antigos paradigmas em relação à Questão Curda de forma a encaminhar o grupo a um maior acesso ao poder ou que o englobasse a um arranjo de poder compartilhado. Portanto, seu governo falhou em neutralizar os elementos de exclusão que propiciavam o ressurgimento do conflito, o que por si só é um indicativo de que a falta de engajamento da Turquia no Processo de Reconciliação pode ter tido um efeito negativo, ao mesmo tempo em que a visão do PYD como uma ameaça no âmbito externo também teve seus efeitos na deterioração deste processo. A interligação da situação interna da Turquia aos elementos transnacionais oriundos da Guerra Civil da Síria nos permite pensar que a Questão Curda se tornou um vetor de mudança nas políticas domésticas e externas inicialmente estabelecidas pelo governo do AKP.

Segundo Kösebalaban (2020), a política externa do AKP seguiu no início do governo uma orientação liberal condizente com sua agenda de reformas internas em busca do status de membro pleno na União Europeia. Apesar disso, com o tempo, sua posição em relação ao ingresso no bloco europeu se tornou mais cética e seu olhar se voltou com maior atenção para o Oriente Médio. O viés

reformista nas questões políticas permaneceu como um traço marcante do governo, que se manteve distante dos discursos de securitização dos antecessores. Uma mudança mais acentuada viria com a Primavera Árabe de 2011, quando a Turquia adotou uma dita política de promoção de democracia em apoio aos protestos contra regimes autoritários. No caso sírio, sem conseguir sucesso em pressionar Damasco a implementar reformas políticas profundas, a Turquia optou por se envolver na oposição armada contra o regime de Bashar al-Assad.

Diante do processo de deterioração interna de sua resolução quanto à Questão Curda e os efeitos de contágio da Guerra Civil da Síria que se tornaram mais nítidos entre 2014 e 2015, o governo do AKP tornou a securitização o ponto central de sua agenda de política doméstica e política externa. Para Kösebalaban (2020), a guinada nacionalista para discursos de securitização acabou se acentuando em 2016, quando o governo Erdogan conseguiu contornar uma tentativa de golpe por uma facção militar e instituiu um estado de emergência no país. O governo alegou existir uma conexão entre a facção golpista e Fethullah Gulen – antigo aliado do AKP e islamista fundador do movimento Gulen – assim iniciando uma política de expurgo mirando pessoas suspeitas de envolvimento com a rede Gulenista. Em meio ao crescimento de um novo partido curdo civil no cenário político, o HDP (Partido Democrático dos Povos), seus líderes também se tornaram vítimas de perseguição, ainda em 2016, por suposta ligação a movimentos terroristas, criando novos entraves que dificultariam a participação do HDP na política turca.

A nova orientação nacionalista autoritária e o discurso de securitização do governo Erdogan teriam seu reflexo na política externa turca: as preocupações prévias em relação ao YPG-PYD se transformariam em um ponto central do envolvimento turco na Guerra Civil da Síria. Diferente de seu objetivo prioritário inicial que tratava da remoção de Assad do poder em um discurso que lhe desse a imagem de “agente democratizante” na Síria, a Turquia alternou sua prioridade para a preservação de sua segurança nacional perante o risco que atribuía à expansão curda do PYD. Por isso, seus esforços na guerra se centraram em conter os ganhos territoriais das milícias curdas. Kösebalaban (2020) considera que o maior indicativo da mudança de prioridade na política externa foi a falta de resistência contra a vitória de Assad em Aleppo em 2016 enquanto a Turquia direcionava suas forças e aliados rebeldes sobre sua esfera de influência para enfrentar os grupos armados curdos no norte da Província.

A cooptação de grupos rebeldes

Ao dar uma definição para “guerras híbridas”, Frank G. Hoffman (2007) salienta que este tipo de guerra pode ser conduzido tanto por Estados quanto atores não-estatais e incorpora um grande leque de atividades que incluem desde estratégias de guerra convencionais até as táticas irregulares como atos terroristas ou violência indiscriminada. No caso da Turquia, seus esforços se concentraram em expandir a sua influência no norte sírio para conseguir conter o YPG-PYD. Para isto, sua principal tática de guerra não-convencional é a cooptação de forças rebeldes irregulares do conflito sírio. Embora a aproximação da Turquia com forças rebeldes inicialmente visasse a queda de Assad, a relação com milícias rebeldes foi instrumentalizada de tal modo que também se tornassem agentes do que a Turquia entendia como o seu projeto de segurança nacional. O jogo político do governo turco com esses grupos indicaria uma tentativa de formar amplas coalizões reunindo diversos grupos sobre uma mesma estrutura organizacional. Dada a complexidade ideológica e os objetivos políticos de cada grupo, a centralização desejada não foi concretizada, mas até entre os grupos mais radicais se tornou possível certo nível de cooperação pragmática.

O primeiro e mais importante grupo aliado da Turquia é o Exército Livre Sírio, uma facção rebelde descentralizada que opera desde o início da Guerra Civil e passara por profunda fragmentação desde então. Algumas milícias remanescentes sob o nome do grupo foram fortemente financiadas pela Turquia e incorporadas em suas operações militares a partir de 2016 como sua principal força irregular. A vocação do Exército Livre Sírio como um agente da vontade turca costuma ser associada ao investimento da Turquia em suas armas e salários (BAR'EL, 2016), porém, Yüksel (2019) considera que a presença de elementos étnicos turcos ou de religiosidade islâmica sunita no grupo também facilite uma colaboração mais direta com a Turquia. Em 2017, as milícias do Exército Livre Sírio ligadas à Turquia adotaram o nome de “Exército Nacional Sírio (ENS)” e se tornaram parte de uma manobra de centralização turca para também abarcar a “Frente Nacional para a Libertação da Síria (FNLS)” numa coalizão ainda maior em 2019.

Já a Frente Nacional para a Libertação da Síria foi formada principalmente pela aliança de dois grandes grupos apoiados pela Turquia: o Ahrar al-Sham, uma organização islamista com alas salafistas e nacionalistas e a Legião do Sham,

uma aliança rebelde nascida como proponente de um islamismo moderado distinto da orientação salafista (LEFÉVRE & YASSIR, 2014).

Antes da formação da Frente, tais milícias islamistas foram cooptadas na intervenção turca de 2016 contra o Daesh e o YPG, iniciando maiores colaborações com a Turquia conforme recebiam maior apoio militar e financeiro. A crescente influência turca sobre os grupos levou à consolidação da Frente em 2018, seguindo um arranjo de cooperação baseado em benefício mútuo com o objetivo de resistir aos avanços do regime de Assad em Idlib e enfrentar o PYD em Afrin. Uma grande articulação envolvendo a FNLS incluiu a expansão da influência turca em Idlib ao oferecer a Frente como uma alternativa mais moderada do que as milícias rebeldes rivais de natureza mais extremista presentes na Província. No entanto, tal abordagem não conseguiu conter a hegemonia do grupo salafista jihadista Hayat Tahrir al-Sham (HTS) na região. O choque com rebeldes rivais, os diversos avanços de forças de Assad em Idlib e a imagem do PYD como uma ameaça foram incentivos para uma união com a ENS orquestrada pela Turquia. A união ENS-FNLS, anunciada em outubro de 2019, responderia ao comando do Ministro de Defesa do Governo Interino da Síria, um corpo governamental rebelde em exílio na Turquia (YÜKSEL, 2019).

A relação da Turquia com o HTS e seu subgrupos é ainda mais complexa. O Tahrir al-Sham nasceu em 2017 da fusão da Frente al-Nusra com outros agrupamentos rebeldes de orientação salafista jihadista. Houve sinais de uma cooperação pragmática envolvendo apoio em operações turcas contra o PYD e a defesa do noroeste sírio contra o regime de Assad, mas pouca convergência em uma estratégia para aliviar as tensões em Idlib, como queria a Turquia desde 2018 em suas negociações com a Rússia. Houve também grande resistência quanto à ideia de união com a FNLS. A maior parte das queixas envolvendo a Turquia vem das alas mais radicais do HTS, porém, até mesmo entre a ala mais pragmática, há o desejo de preservar a autonomia da organização e do “Governo da Salvação” – estrutura rebelde de governo em Idlib que rivaliza com a oposição apoiada pela Turquia (YÜKSEL, 2019).

A hegemonia do HTS em Idlib dificultou a expansão da influência da Turquia na Província e frustrou seus compromissos firmados com a Rússia de aliviar tensões na região. Tendo falhado na centralização do comando como fizera com a ENS-FNLS, Ankara optou por uma estratégia de aproximação com as alas mais pragmáticas ligadas à liderança de Abu Mohammad al-Golani, explorando

dentro do possível a diferença entre as alas do grupo (YÜKSEL, 2019). Ao longo de 2020, o HTS demonstrou maior aproximação com a Turquia respeitando termos de um cessar-fogo com o regime de Assad e a Rússia em Idlib, o que levou a uma ruptura de subgrupos mais radicais como o Hurras al Din em um movimento dissidente chamado Fathbutou. Ao mesmo tempo, a lira turca ganhou seu espaço nas zonas do HTS diante da crise econômica síria (TASTEKIN, 2020). Choques entre o núcleo considerado mais pragmático e as alas mais radicais optando por dissidência não são inéditos, mas ocorrem recentemente em um contexto de maior dependência da Turquia. Portanto, podem possibilitar novas oportunidades de cooptação para expandir a esfera de influência turca em Idlib isolando grupos rebeldes mais radicais.

A expansão curda na Síria e as incursões turcas

Por meio da atuação do YPG, que compõe o núcleo da aliança das Forças Democráticas Sírias (FDS), os curdos sírios se tornaram protagonistas no enfrentamento ao Estado Islâmico recebendo apoio dos Estados Unidos ao serem reconhecidos como uma força de combate efetiva contra o Daesh. A expansão curda proveniente de novos territórios conquistados nas suas disputas contra outras facções beligerantes levou à formação de uma autodeclarada região autônoma conhecida como Rojava, formada pelos cantões ocupados pelo YPG no norte sírio, que experimenta a implementação do modelo político descentralizado de Öcalan no autogoverno dos cantões (TËZCUR & YLDIZ, 2019).

Segundo Nasser e Roberto (2019), a maior preocupação do governo Erdogan estava na unificação dos cantões ocupados pelo PYD, tendo chegado a propor à OTAN a criação de uma “zona tampão” em território fronteiriço sírio entre Afrin e Kobanî para proteger suas fronteiras dos curdos e do Daesh, zona que seria administrada pela Turquia e cujas restrições de circulação aérea seriam impostas pela OTAN.

Sem o apoio da OTAN na empreitada das zonas desmilitarizadas, o risco de contágio transnacional da “Questão Curda”, como tratado até aqui, acentuou as preocupações com a segurança interna da Turquia diante das vitórias do YPG no norte sírio. Simultaneamente, ataques domésticos em solo turco perpetrados pelo Daesh também contribuíram para que o governo turco se engajasse em um enfrentamento mais direto ao Estado Islâmico e ao YPG. Uma intervenção militar pretendeu tomar cidades do Daesh nos limites dos territórios curdos como

Jarabulus e A'zaz em 2016. O fato é apontado por Nasser e Roberto (2019) como uma tentativa de dissuadir uma consolidação curda no norte sírio. A posição de Ankara é de enfrentar o que reconhecem como “organizações terroristas sem distinções”, o que convenientemente justifica suas ações contra o YPG como uma forma de resguardar a segurança nacional turca numa campanha de confronto ao terrorismo, independente do endosso de seu aliado norte-americano aos lutadores curdos. O Ministro da Defesa Fikri Işık disse à época, conforme publicado no Daily Sabah (2017), que “a Turquia definitivamente não permitirá que o PYD possua zonas soberanas. A posição da Turquia em relação à formação dos cantões do PYD na Síria é clara. A Turquia irá impedir a união dos cantões do PYD a todo custo. Nós iremos continuar nossa luta nesse sentido.”

Já no período da administração Trump, os Estados Unidos e sua coalizão aliada lançaram uma operação de grande magnitude contra a cidade de Raqqa, considerada a capital do Estado Islâmico, contando com a Forças Democráticas Sírias como principal força terrestre em 2017. Os ganhos territoriais curdos provenientes da vitória na batalha levaram a Turquia a uma ação direta contra Rojava, dominando o cantão de Afrin em 2018, que estava isolado de outros territórios curdos, contando com o apoio do ENS e da FNLS na operação.

A saída dos Estados Unidos e a Operação Nascente de Paz

Em março de 2019, a FDS e os Estados Unidos anunciaram a dominação do último território do Daesh com a vitória na batalha de Baghuz. O presidente estadunidense Donald Trump, por meio de sua página no Twitter, já alegou que a única razão para a presença americana na Síria durante sua administração era a derrota do Estado Islâmico, o que sugeria uma iminente retirada após o feito (GEHRKE, 2019). Desde dezembro de 2018, o Governo Erdogan ameaçava tomar novas ações militares contra Rojava, no entanto, o anúncio de uma possível retirada das tropas americanas e negociações com Washington levaram ao adiamento do ataque. Nesse contexto, foi articulado um acordo entre Ankara e Washington sobre uma zona tampão em agosto de 2019, o acordo foi respeitado pela FDS e o seu processo de implementação estava em execução até que, em outubro, Erdogan retomou o tom das ameaças alegando atraso no cumprimento de suas demandas (KUCUKGOCMEN & FRANCIS, 2019).

As ameaças de Erdogan à FDS foram seguidas de uma grande reviravolta na dinâmica da Guerra Civil na Síria: um novo anúncio de retirada das tropas

americanas na Síria, o que significava que os Estados Unidos não ofereceriam mais o mesmo tipo de apoio militar aos curdos (BORGER & MCKERNAN, 2019). Com o recuo das forças americanas da fronteira e dos alvos da Turquia, os ataques turcos seguiram inicialmente por meios aéreos e mais posteriormente por avanços terrestres em Rojava. A nova investida militar ficou conhecida como Operação Nascente de Paz, que, segundo Erkmen (2020), tinha dois objetivos principais: eliminar qualquer possibilidade de formação de um Estado curdo dirigido pelo PYD e encontrar uma solução permanente para o fluxo migratório sírio-turco oriundo do conflito.

Para Erkmen (2020), a Operação Nascente de Paz está intimamente ligada com as outras operações militares turcas na região: a Operação Escudo do Eufrates (2016-2017) que isolou Afrin dos outros cantões curdos e a Operação Ramo de Oliveira (2018) que conquistou o Distrito de Afrin por completo. As três operações tinham uma mesma agenda de neutralizar a ameaça de um possível Estado curdo na Síria, estabelecer zonas seguras ao longo da fronteira e reestabelecer refugiados sírios na Turquia nestas zonas. O maior sucesso militar turco nesta operação foi a conquista das áreas entre Tal Abyad e Ras al-Ain, que se tornaria um novo reduto para suas forças aliadas ligadas ao Governo Interino Sírio.

Sem o apoio das forças norte-americanas, a FDS se tornou mais propensa a fazer certas concessões à Síria de Assad para conter o avanço turco. A primeira seria permitir a entrada das Forças Armadas Sírias nas cidades de Kobani e Manbij em 13 de outubro (PERRY, 2019). Esse período da intervenção também foi marcado por encontros entre representantes da FDS, o governo de Assad e a Rússia para tratar do tema das incursões turcas (PERRY & SAID, 2019). Os Estados Unidos conseguiram negociar um cessar-fogo em 17 de outubro com a Turquia com prazo de 7 dias para retirada da FDS dos territórios fronteiriços. Paralelamente, um novo acordo de zona tampão foi firmado entre a Turquia e a Rússia para garantir a retirada efetiva dos lutadores do YPG da região e, em contrapartida, uma paralisação duradoura da incursão turca (URAS, 2019).

Turkey and Russia's deal on north-east Syria

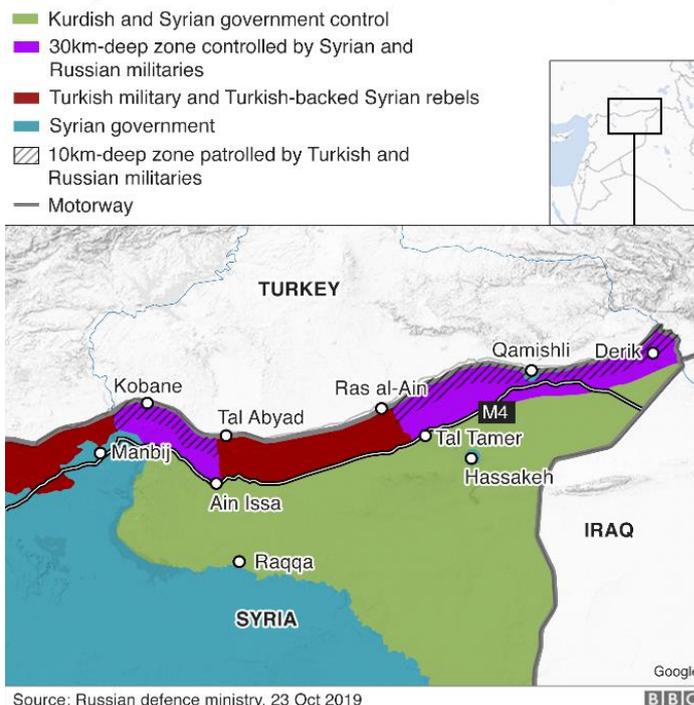


Figura 1 - Mapa da Zona Desmilitarizada proposta (BBC, 2019).

Como mostrado na figura acima, a zona desmilitarizada estabelecida pelo Acordo de Sochi de 2019 se estende pelos primeiros 10km em patrulhas conjuntas das forças militares russas e turcas. Concomitantemente, a extensão de 30km é patrulhada por militares sírios e russos. Os termos do acordo ainda permitiram à Turquia manter sua presença militar e a do ENS na faixa ocupada entre Tal Abyad e Ras al-Ain, mantendo o domínio sobre as cidades ocupadas nessa faixa e utilizando-as para o reassentamento de refugiados. As partes envolvidas também reafirmaram a importância do Acordo de Adana – relevante por tratar da expulsão de membros do PKK da Síria. Outro trecho importante trata do compromisso firmado entre ambos para encontrar uma solução política duradoura para o conflito (AL-JAZEERA. 2019).

O cenário pós-acordo

Salvo confrontos ocasionais na implementação da zona desmilitarizada, o Acordo de Sochi de 2019 segue em exercício e busca conter diplomaticamente o avanço de incursões turcas no nordeste sírio. Existe, entre líderes curdos sírios, a percepção de que os esforços diplomáticos russos visam favorecer a posição da

Síria de Assad. Logo, existe uma preocupação, por um lado, com a perda da autonomia de Rojava perante o regime sírio e, por outro lado, com a sobrevivência curda perante as ameaças do governo Erdogan. Embora tenham respeitado os termos do acordo, líderes da FDS declaram que persistirão na preservação da autonomia de Rojava, ainda que dentro da esfera de poder do governo sírio (COURT & HOND, 2020).

A influência turca no noroeste sírio ainda é uma preocupação para a Síria de Assad pela sua relação com diferentes facções rebeldes. Desse modo, tensões nessa região podem também afetar a dinâmica da atuação turca na Guerra Civil. Reações do HTS em Idlib em momentos de cessar-fogo já foram usados como pretexto para Assad e seus aliados realizarem avanços mais profundos na região (YÜKSEL, 2019). Os confrontos em Idlib acabaram envolvendo alvos turcos atingidos por Assad e seus aliados, escalando para uma nova operação militar turca na Província (ZAMAN, 2020). Em março de 2020, a mediação russa garantiu um renovado cessar-fogo em Idlib a fim de aliviar as tensões entre a Síria de Assad e a Turquia de Erdogan (SOLDATKIN & KISELYOVA, 2020).

Resta saber se novos incidentes abalarão o cessar-fogo em Idlib ou o Acordo de Sochi, e se essa trégua no noroeste e no nordeste sírio perdurará diante da dinâmica de atuação turca na Guerra Civil da Síria e de confrontos esporádicos entre os atores subnacionais envolvidos. Ao que tudo indica, ao menos quanto à Questão Curda, uma trégua duradoura dependerá da capacidade de mediação da Rússia e da retórica de securitização da Turquia contra o PYD. Ainda vale a pena se atentar aos eventos envolvendo a insurgência de milícias curdas em Afrin, que ocorrem desde a vitória turca no Distrito em 2018. Os ataques insurgentes continuaram a ocorrer mesmo no pós-acordo e sua culpa tem sido atribuída pela Turquia ao YPG-FDS. O comando da FDS nega envolvimento nos ataques, assim como faz em relação aos atentados envolvendo civis como o caso da bomba de 28 de abril de 2020, cuja autoria não foi reivindicada por qualquer grupo até o presente momento (GUMRUKCU, 2020).

As recentes ocorrências, na Turquia, envolvendo a perseguição contínua de ativistas curdos pró-HDP por alegada ligação com o terrorismo e uma nova campanha militar contra o PKK no Iraque (CUPOLO, 2020; MCKERNAN, 2020), no mínimo, sugerem que a securitização da Questão Curda e a campanha anti-PKK continuam sendo parte prioritária da agenda do governo Erdogan. As limitações quanto às capacidades de ação da Turquia contra a FDS no cenário

atual esbarram na sua aproximação com a Rússia e no equilíbrio de poderes da região garantido pela aliança Putin-Assad.

Outro fator importante que poderá determinar o futuro do regime Assad é o colapso econômico do país. Intensos protestos fragilizam cada vez mais a imagem de Bashar al-Assad e geram novos questionamentos sobre sua legitimidade. Uma renovada pressão norte-americana tomou a forma de sanções econômicas com o *Caesar Act* que entraria em efeito a partir de 17 de junho de 2020. Enquanto isso, a desvalorização acelerada da libra síria levou zonas rebeldes no norte da Província de Aleppo e em Idlib a adotarem o uso da lira turca (LISTER, 2020). Existem queixas vindas de Rojava a respeito das sanções econômicas norte-americanas. Embora o noroeste sírio ocupado pela FDS tenha ficado fora da mira do *Caesar Act*, existe certa interdependência entre Rojava e a Síria de Assad uma vez que grande parte da receita da região autônoma vem do comércio de petróleo e grãos facilitado por intermediários que acabariam virando alvos das sanções (SZUBA, 2020).

Conclusão

A hipótese central levantada aqui coloca a Questão Curda como principal motivador para o envolvimento turco na Guerra Civil da Síria a partir de 2016. Embora outros fatores apontados por Dal (2016) como os efeitos de contágio envolvendo o Daesh e o fluxo migratório de refugiados também sejam elementos motivadores, os fortes indícios que sustentam esta hipótese estão no processo de securitização da Questão Curda e nas preocupações prévias do governo turco em relação aos espaços ocupados pelo YPG-PYD no norte sírio desde 2012.

Conforme foi tratado ao longo do artigo, a preocupação do governo Erdogan em relação à expansão de PYD só pode ser entendida compreendendo a relação turbulenta entre a Turquia e o PKK e o histórico da exclusão curda no país. Tais antecedentes não só exigiam que o Processo de Reconciliação de 2013 trouxesse mudanças significativas no contexto social de discriminação vivido pelos curdos, como também configuravam um temor duradouro diante da possibilidade do PKK estabelecer bases na Síria graças às suas conexões com o PYD. É possível que a Turquia superestime esta conexão para além do elo político-ideológico, apontando o PYD como uma extensão síria do PKK respondendo a uma mesma cadeia de comando, enquanto lideranças do PYD

defendem a independência na condução da organização conforme consta nos relatórios do International Crisis Group (2012; 2013).

As diversas tentativas turcas de contenção da expansão do PYD envolveram desde articulações com o KNC de Barzani até a cooptação de facções rebeldes para apoio em suas operações militares no norte sírio iniciadas em 2016. A extinção territorial do Daesh não apaziguou os planos de intervenção da Turquia, o que reforça a plausibilidade dos objetivos de sua guerra híbrida conforme desenhados por Erkmen (2020): a neutralização da ameaça representada pelo PYD, o estabelecimento de zonas seguras ao longo da fronteira e o reestabelecimento dos refugiados sírios nestas zonas. Com a contribuição de Yüksel (2019), ainda é possível observar uma tentativa de des-radicalização em Idlib por meio de suas manobras pragmáticas com o HTS, o que pode servir ao propósito de negociar uma zona-tampão duradoura na região.

A partir da guerra híbrida no norte sírio e da expansão de sua influência entre os grupos rebeldes, a Turquia se tornou uma peça-chave para as negociações entre rebeldes e o regime sírio apoiado pela Rússia. Seu peso na balança regional garantiu ao menos relativo sucesso em conseguir criar faixas desmilitarizadas em 2019 (no nordeste) e 2020 (no noroeste), afastando a FDS da fronteira e garantindo as zonas territoriais para o seu plano de reassentamento de refugiados. É visível que o poder de barganha da liderança curda da FDS caiu consideravelmente à medida que o poder de barganha da Turquia cresceu.

Por consequência dos elementos analisados na relação entre a Turquia e a Questão Curda, conclui-se que a securitização da Questão Curda se tornou um vetor de mudanças na política exterior do governo Erdogan, outrora mais interessado no ingresso à União Europeia por vias reformistas e na derrubada do regime de Assad como apontara Kösebalaban (2020). Enfraquecer a posição da FDS e garantir a segurança na região fronteira se tornou a prioridade da Turquia de Erdogan. Os ganhos advindos desta estratégia de contenção, pôde colocar em fruição outros objetivos como o reassentamento de refugiados e fortalecer sua posição como um ator vital para o processo de paz na Síria.

Referências bibliográficas

“Analysts link PKK upsurge to Syrian war.” **Financial Times**. 2012. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/dd2c9d8c-ec74-11e1-8e4a-00144feab49a>>. Acesso em: 11 jul. 2020

“Defence Minister Işık: Turkey will prevent unification of PYD cantons at all costs.” **Daily Sabah**. 2017. Disponível em: <<https://www.dailysabah.com/war-on-terror/2017/03/07/defence-minister-isik-turkey-will-prevent-unification-of-pyd-cantons-at-all-costs>>. Acesso 24 jul. 2020

“Full text of Turkey, Russia agreement on northeast Syria.” **Al-Jazeera**. 2019. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2019/10/full-text-turkey-russia-agreement-northeast-syria-191022180033274.html>>. Acesso em: 25 jul. 2020

“Syria’s Kurds: A Struggle Within a Struggle.” Middle East Report N°136. **International Crisis Group**. 2013. Disponível em: <<https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/syrias-kurds-a-struggle-within-a-struggle.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

“The Kurdish population.” **Institut Kurde de Paris**. 2017. Disponível em: <<https://www.institutkurde.org/en/info/the-kurdish-population-1232551004>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

“Turkey v Syria’s Kurds: The short, medium and long story.” 2019. **BBC News**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-49963649>>. Acesso em: 24 jul. 2020

“Turkey.” Washington, DC. **Central Intelligence Agency**. 2020 Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tu.html>>. Acesso 22 jul. 2020

“Turkey: The PKK and a Kurdish Settlement.” Europe Report N°219. **International Crisis Group**. 2012. Disponível em: <<https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/219-turkey-the-pkk-and-a-kurdish-settlement.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2020

“Turkey’s PKK Conflict: A Visual Explainer.” **International Crisis Group**. 2020. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/content/turkeys-pkk-conflict-visual-explainer>>. Acesso 18 jul 2020

BAR’EL, Zvi. “The Free Syrian Army Follows Orders From Turkey.” **Haaretz**. 2016. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/middle-east-news/.premium.MAGAZINE-the-free-syrian-army-follows-orders-from-turkey-1.5466362>>. Acesso em 23 jul. 2020

BORGER, Julian; MCKERNAN, Bethan. “US to let Turkish forces move into Syria, dumping Kurdish allies.” **The Guardian**. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/oct/07/us-to-let-turkish-forces-move-into-syria-abandoning-kurdish-allies>. Acesso em: 25 jul. 2020

BUHAUG, Halvard; GLEDITSCH, Kristian Skrede. “Contagion or Confusion? Why Conflicts Cluster in Space.” **International Studies Quarterly**, Volume 52, No. 2. p. 215–233. 2008. Disponível em: <<https://academic.oup.com/isq/article-abstract/52/2/215/1792634>>. Acesso em: 15 jul. 2020

CEDERMAN, Lars.-Erik; GLEDITSCH, Kristian Skrede; BUHAUG, Halvard. “Political Exclusion and Civil War”. In: **Inequality, Grievances, and Civil War**. Cambridge University Press. 2013. Cap.4, 57–92. Disponível em:

<<https://www.cambridge.org/core/books/inequality-grievances-and-civil-war/political-exclusion-and-civil-war/6D74BA6AED9231C875005F69F0A2216B>>. Acesso 20 jul. 2020

COURT, Mireille; HOND, Chris Den. "Is This the End of Rojava?" 2020. **The Nation**. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/world/rojava-kurds-syria/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CUPOLO, Diego. "Another pro-Kurdish mayor replaced as detentions continue in southeast Turkey." 2020. **Al-Monitor**. Disponível em: <<https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2020/07/hdp-mayor-replace-turkey-southeast.html>>. Acesso 30 jul 2020

DAL, Emel Parlar. "Impact of the transnationalization of the Syrian civil war on Turkey: conflict spillover cases of ISIS and PYD-YPG/PKK." **Cambridge Review of International Affairs**. Volume 29, Issue 4, p. 1396-1420. 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09557571.2016.1256948>>. Acesso em: 15 jul. 2020

DEMOCRATIC PROGRESS INSTITUTE. "Turkey's Kurdish Conflict: An Assessment of the Current Process." Democratic Progress Institute. 2013. Disponível em: <<https://www.democraticprogress.org/wp-content/uploads/2013/12/Turkey-Assessment-December-2013.pdf>>. Acesso em 11 jul. 2020

ERKMEN, Serhat. "Operation Peace Spring: Objectives, Current Situation and its Future". 2020. In: IBRAHIM, Abdulla; CHARLES, Lorraine. Syria Transition Challenges Project. **Geneva Centre for Security Policy**. Disponível em: <<https://dam.gcsp.ch/files/doc/discussion-paper-syria-transition-challenges-project-2>>. Acesso em 25 jul. 2020

GEHRKE, Joel. "Pentagon official says more than 10,000 'unrepentant' ISIS fighters remain." **Washington Examiner**. 2019. Disponível em: <<https://www.washingtonexaminer.com/policy/defense-national-security/pentagon-official-says-more-than-10-000-unrepentant-isis-fighters-remain>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

GUMRUKCU, Tuvan. "Bomb blast kills 40 people in Syrian town of Afrin, Turkey says." 2020. **Reuters**. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-syria-security-turkey-blast-afrin/bomb-blast-kills-40-people-in-syrias-afrin-turkey-idUSKCN22A2IC>>. Acesso 29 jul. 2020

GUNES, Cengiz. **The Kurdish National Movement in Turkey: from protest to resistance**. University of Exeter, UK. Routledge, 2012. 244 p. Consultado em 11 jul. 2020

HOFFMAN, Frank. "Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars". **Potomac Institute for Policy Studies**. Arlington, Virginia. 2007. Disponível em: <https://www.potomacinstitute.org/images/stories/publications/potomac_hybridwar_0108.pdf>.

KÖSEBALABAN, Hasan. "Transformation of Turkish Foreign Policy Toward Syria: The Return of Securitization". **Middle East Critique**. Vol. 29, Issue 3, p. 335–344. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/19436149.2020.1770450>>. Acesso em 23 jul. 2020

KUCUKGOCMEN, Ali; FRANCIS, Ellen. "Erdogan says Turkey to launch military operation in northeast Syria." **Reuters**. 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-syria-security-turkey-usa-idUSKCN1WK053>>. Acesso em: 25 jul. 2020

LEFÉVRE, Raphaël; YASSIR, Ali El. "The Sham Legion: Syria's Moderate Islamists." 2014. **Carnegie Middle East Center**. <<https://carnegie-mec.org/diwan/55344?lang=en>>. Acesso em 23 jul. 2020

LETSCHE, Constanze; TRAYNOR, Ian. "Kobani: anger grows as Turkey stops Kurds from aiding militias in Syria." **The Guardian**. 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/oct/08/kobani-isis-turkey-kurds-ypg-syria-erdogan>>. Acesso em: 12 jul. 2020

MCKERNAN, Bethan. "Turkey launches major attack on Kurdish militants in Iraq." 2020. **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/jun/17/turkey-launches-major-attack-on-kurdish-militants-in-iraq>>. Acesso 30 jul 2020

NASSER, Reginaldo Mattar; ROBERTO, Willian Moraes. "A Questão Curda na Guerra da Síria: Dinâmicas Internas e Impactos Regionais." **Lua Nova**, São Paulo, n. 106, p. 219-246. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452019000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jul. 2020.

PERRY, Tom. "Report: Syrian army to enter SDF-held Kobani, Manbij." **Reuters**. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-syria-security-towns-report-idUSKBN1WS0K0>. Acesso 25 jul. 2020

PERRY, Tom; SAID, Rodi. "Russia takes part in talks between Syria and Kurdish-led SDF." **Reuters**. 2019. Disponível em: <<https://uk.reuters.com/article/uk-syria-security-turkey-kurds-damascus-idUKKBN1WS0MQ>>. Acesso 29 jul. 2020

SOLDATKIN, Vladimir; KISELYOVA, Maria. "Russia, Turkey agree ceasefire deal for Syria's Idlib." 2020. **Reuters**. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-syria-security-idUSKBN20S161>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

SZUBA, Jared. "Sanctions on Syrian government also threaten Washington's Kurdish allies." 2020. **Al-Monitor**. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2020/06/syria-sanctions-assad-regime-threat-kurdish-allies-removal.html>. Acesso 30 jul 2020

TASTEKIN, Fehim. "Is Hayat Tahrir al-Sham doing Turkey's job in Idlib?" **Al Monitor**. 2020. Disponível em: <<https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2020/06/turkey-russia-syria-idlib-is-hts-doing-job-of-ankara.html>>. Acesso em 17 jul. 2020

TEJEL, Jordi.. **Syria's Kurds: history, politics and society**. New York. Routledge. 2008. 189 p. Consultado em 11 jul. 2020

TEZCÜR, Güneş Murat. "Prospects for Resolution of the Kurdish Question: A Realist Perspective". **Insight Turkey**. Vol. 15, No. 2, p. 69-84. 2013 <www.insightturkey.com/articles/prospects-for-resolution-of-the-kurdish-question-a-realist-perspective>. Acesso em: 11 jul. 2020

TEZCÜR, Güneş Murat; YILDIZ, Helin. “Kurdish politics in post-2011 Syria: From fragmentation to hegemony.” **Mediterranean Politics**. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13629395.2019.1671677>> . Acesso em 24 jul. 2020

URAS, Umut. “Turkey, Russia reach deal for YPG move out of Syria border area”. 2019. **Al-Jazeera**. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2019/10/turkey-russia-agree-set-syria-safe-zone-joint-patrols-191022171933484.html>>. Acesso em: 26 jul. 2020

YÜKSEL, Engil. “Strategies of Turkish proxy warfare in northern Syria.” 2019. **Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’**.. Disponível em: <<https://www.clingendael.org/pub/2019/strategies-of-turkish-proxy-warfare-in-northern-syria/>>. Acesso em: 17 jul. 2020

ZAMAN, Amberin. “Turkey launches Operation Spring Shield against Syrian forces.” 2020. **Al-Monitor**. <<https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2020/03/operation-spring-shield-clash-turkey-syrian-arab-army-idlib.html>>. Acesso em 28 jul. 2020